



Centro de Formação de Associação de Escolas Coimbra Interior

Curso de Formação: III Encontro(s) Cidadania e Responsabilidade Sócio Ambiental

# PARADOXOS DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

**Professora Doutora Emília Brederode Santos**

Góis, 10 de abril de 2014



Formando: *António Augusto Carmona Pinto*, Grupo 420 - Geografia

EB 2.3/S Eng<sup>o</sup> Dionísio Augusto Cunha – Canas de Senhorim



## **1. Introdução**

A educação, em contexto escolar, é um meio de transformação, de formação do ser humano, dirigindo-se a todas as idades, desde o nível pré-escolar até ao ensino universitário, sempre com alguém capacitado e responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, como disse Kant, *"O homem não pode tornar-se homem senão pela educação"*. Outro importante vetor da educação surge em contexto familiar, não podendo ficar de fora o ambiente social que rodeia o indivíduo.

Os indivíduos são continuamente incitados à mudança, para melhor, no sentido dos valores, da formação e desenvolvimento da sua personalidade, da obtenção de competências, do aperfeiçoamento das aptidões e da flexibilidade de adaptação a situações novas. Mas, esta educação escolar é parte da educação global e sempre que se inicia um ano letivo está em curso mais uma etapa do processo de ensino e aprendizagem.

A educação exprime-se por comportamentos, que resultam de aprendizagens promovidas pelos professores, pela família, pela sociedade ou por vontade própria, sendo um dos objetivos do setor educativo de um país preparar o cidadão para o exercício da cidadania e habilitá-lo para o exercício de uma atividade produtiva para a sociedade.

### **1.1- Identificação do tema da comunicação**

De todas as comunicações, saliento a proferida pela Dr<sup>a</sup>. Emília Brederode Santos, "Paradoxos da educação para a cidadania", porque apresentou diversos desafios que se impõem ao exercício da docência e que são urgentes de resolver.

### **1.2- Clarificação do motivo para frequência da ação**

Os conteúdos abordados na ação realçam a importância que as diferentes perspetivas de encarar a cidadania assumem na compreensão dos problemas, de várias ordens, da nossa sociedade. Por outro lado, potenciam a atuação positiva dos indivíduos no meio que os rodeia e são pertinentes na formação pessoal e pedagógica de qualquer docente.

### **1.3- Síntese do percurso formativo realizado ao longo das sessões**

Nas palavras do Professor Doutor Pedro Pita, ficou claro que «ser cidadão é uma relação com o comum idealmente universal, até agora a cidade, a nação», ou seja, a ligação que ele estabelece com um organismo territorial e político onde está inserido: ser conimbricense, ser português ou, mais recentemente, desde 1986, ser cidadão europeu. O conceito de cidadania tem sofrido evolução no tempo e no conteúdo; desde Platão, que considerava a cidadania como o exercício do bem para tornar a cidade o melhor lugar para se viver, até hoje, se considerar que cidadania já não é «participar das condições para habitar a cidade», mas «procurar inventar a cidade onde se vai

habitar». A realidade mostra-nos que o objetivo maior do cidadão é o bem individual em detrimento do coletivo, mas se o comportamento do indivíduo for no sentido do bem, o coletivo também o será. Para o Professor Doutor Manuel Sérgio, sendo o desporto um fator de desenvolvimento individual, o mesmo torna-se um elemento indispensável da organização social que contribui para o progresso humano e, porque não, para o reconhecimento internacional, como são os atuais casos portugueses do treinador José Mourinho ou do jogador Cristiano Ronaldo, entre outros.

Como a sociedade exige ao ser humano capacidade de saber mudar, de se adaptar e de criar, a escola, como instituição de educação, não se deve alhear dos benefícios da prática desportiva dos seus jovens, sendo um deles prepará-los para uma melhor integração na comunidade. A atividade desportiva faz parte integrante de todo o sistema educativo, sendo necessária ao equilíbrio e à formação dos jovens, preparando-os para uma sã utilização dos seus lazes quando adultos. Devem-se criar as condições para que grandes camadas de população possam praticar, regularmente, quer desporto propriamente dito, quer as mais diversas atividades físicas, exigindo um esforço adaptado à condição física de cada um, pois considera-se que um modo de vida fisicamente ativo previne doenças e conserva a saúde.

O desporto representa um valor cultural decisivo para a progressiva socialização dos jovens, inculcando-lhes o hábito de cumprimento regras e de ser disciplinado. Enquanto componente curricular, procura-se que os alunos pratiquem desporto por prazer, retirando dessa prática um crescimento harmonioso, o treino de capacidades motoras ou o desenvolvimento do espírito de grupo; como vertente lúdico-desportiva ou atividade de manutenção, ele é praticado voluntariamente devido à satisfação imediata, ao sentimento de bem-estar que proporciona e ao possível contacto com a natureza.

A comunicação do Doutorando Ary Ferreira da Cunha insere-se na Educação para o Empreendedorismo, que tem por objetivo dotar os cidadãos de conhecimentos e capacidades, tornando-os capazes de intervir adequadamente nos desafios, sobretudo económicos, que a sociedade lhes coloca. A mudança socioeconómica e cultural passa pelo desenvolvimento da capacidade comunicativa, de interação social e pelo risco de investir.

O Professor Doutor Carlos Fiolhais traçou uma panorâmica da educação científica em Portugal, desde os descobrimentos, considerado o início da globalização que hoje tanto se apregoa, até aos dias de hoje. A observação e a experiência são os valores centrais que prezaram cientistas portugueses, como Pedro Nunes, Egas Moniz e tantos outros, para os quais a vontade do saber nunca foi afetada por crises.

O Mestre Jorge Almeida debruçou-se sobre o conceito "Cidadania digital", recentemente surgido para muitos autores, no qual se salientou a necessidade de atualizar a aprendizagem, de acompanhar o progresso. Muitos dos movimentos das sociedades atuais, recorrem à participação dos cidadãos

via telemóvel, redes sociais, etc., e, ao mesmo tempo, os acontecimentos chegam ao conhecimento público com repercussões imediatas. Algumas características da *Internet* possibilitam aos cidadãos a sua participação cívica na construção da sociedade em que vivem, porquanto possibilitam a partilha, a colaboração e a ação coletiva. O novo sistema de relações sociais surge com a utilização das novas tecnologias de informação, «a vida à distância», na qual os indivíduos estão ligados em rede não atendendo à noção de espaço, pelo que os não capacitados tecnologicamente são considerados info-excluídos e ficam fora do exercício de cidadania digital.

O Doutor Marinho Pinto abordou o conceito de cidadania na sua dimensão ambiental e política. Da sua comunicação ressaltam aspetos da atualidade, mormente os respeitantes à crise que vivemos, às questões ambientais e ao estado da justiça no nosso país, dando pistas de como o cidadão pode participar ativamente na resolução de problemas e nas decisões relativas ao destino do país. Ao longo da sua oratória são repetidos os valores em que a sociedade assenta: na dignidade, na liberdade, na igualdade, na solidariedade, na cidadania e na justiça; estes são os pilares do bem-estar do país e estão consagrados na carta dos Direitos Fundamentais. Para o orador, as dimensões mais relevantes são a dignidade do ser humano, destacando o «direito a um fim de vida com dignidade», e as liberdades de pensamento, de expressão, de professar uma religião, de praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, de se deslocar entre o espaço europeu, etc.

Por ser complexo o funcionamento de um Estado de Direito, o anónimo cidadão desconhece todos os seus direitos e, ao mesmo tempo, nem sempre tem um comportamento adequado em relação a alguns deveres importantes: votar para escolher os governantes; cumprir as leis; educar e proteger os seus semelhantes; proteger a natureza; proteger o património público e social do País. Questionou a plateia sobre a «qualidade de vida ambiental que vamos deixar» aos nossos descendentes e esclareceu que muitos dos atuais problemas resultam do facto da economia, o «arrumar a casa», não estar de mão dada com a ecologia, o «conhecer a casa».

## **2. *Desenvolvimento - Análise reflexiva***

A Professora Doutora Emília Brederode Santos debruçou-se sobre 9 paradoxos da educação para a cidadania como ponto de partida para uma reflexão conjunta sobre as eventuais respostas às exigências da sociedade atual, colocando, de modo introdutório, a questão "Que cidadania se pretende para este século dominado pela sociedade de informação e do conhecimento?". É fundamental que o cidadão seja portador de competências para lidar com os meios de comunicação, quer os tradicionais quer os das novas tecnologias, mas, sobretudo que seja esclarecido e que tenha sentido crítico no momento de avaliar os conteúdos. Neste sentido, destaco o 7º paradoxo sobre o qual a Doutora Brederode Santos diz que «a cidadania é afetada por muitas áreas do conhecimento» que têm conteúdos específicos, residindo o problema na forma de os «articular e reconhecer a sua

existência, além de promovê-los sem diluir o conteúdo específico da Educação para a cidadania». Assim, surge a «educação para» os *media*, o ambiente, o desenvolvimento, a paz, a saúde, o consumo, e muitas outras áreas que intervêm na construção da consciência cívica de um indivíduo, como é proposto pelo Ministério da Educação e Ciência nas suas linhas orientadoras de uma Educação para a Cidadania. A *Educação para os media* fomenta a literacia mediática, no sentido da correta utilização dos meios da comunicação social, do acesso às tecnologias de informação e comunicação e da capacidade de decifrar as mensagens veiculadas para compreender o mundo à sua volta. A este propósito, o Grupo Informal sobre Literacia para os *Media* promoveu a segunda edição do evento "7 dias com os *Media*", que decorreu em maio do presente ano, com o objetivo de sensibilizar os cidadãos para o papel e lugar que os *media* ocupam no seu dia-a-dia.

Aquando da leitura de um jornal ou de uma revista a informação é absorvida de forma tão rápida que não dá tempo de ser assimilada e rapidamente é esquecida passando-se a outra; como alguém disse «o jornal é um supermercado de informações e o leitor vai à ‘estante’ que mais lhe convém».

Por vezes, verifica-se nos meios de comunicação social a saturação de notícias sobre um determinado assunto, o que pode provocar a banalização do tema; por outro lado, o catastrofismo enfatizado pode retirar a esperança às pessoas ou a vontade de não ligar mais para quem presta informação. A propósito da ocorrência de qualquer fenómeno natural - vulcão, sismo, cheias, furacão, etc. -, escreve-se dias seguidos, até à exaustão do tema, retendo o leitor a localização do acontecimento e os prejuízos, humanos e materiais, ficando de fora as causas e as possíveis formas de minimizar as futuras ocorrências.

Como a imprensa é um veículo de transmissão de informação e formação de opinião pública, com poder de manipular a opinião dos cidadãos, há que dotar os leitores de instrumentos capazes de construírem a sua própria imagem do assunto que foi lido ou visualizado.

O ensino da geografia, disciplina da qual sou professor, é mais um degrau numa etapa da formação de cidadãos participativos, com capacidade de análise sobre o mundo em que vivemos, porquanto o programa curricular dos vários níveis de ensino assenta em temas do meio que nos rodeia e que diariamente são focados nos diversos meios de comunicação social. É fácil identificar esses temas nas notícias da imprensa escrita, que possibilitam aproximar os alunos da realidade que os rodeia e, ao mesmo tempo, conhecer melhor o espaço geográfico que lhes era indiferente. A notícia jornalística, quando trabalhada na sala de aula, é um recurso didático que contribui para estabelecer relações entre os acontecimentos relatados, a abordagem geográfica e os conteúdos científicos. A nível do 7º ano de escolaridade a temática da meteorologia é portadora de muitas dúvidas nos alunos; sendo a meteorologia alvo de informação diária nos jornais, muitas dessas dúvidas podem ser sanadas por via da exploração adequada da notícia, através da qual os alunos adquirem as ferramentas que usarão noutras oportunidades. A nível do 8º ano de escolaridade podem ser

exploradas notícias sobre os problemas demográficos que afetam o nosso país ou a utilização dos recursos naturais e a nível do 9º ano de escolaridade as notícias sobre aquecimento global e mudanças climáticas ou sobre qualquer tipo de poluição. Estes são alguns dos assuntos que surgem a cada passo na imprensa escrita e que forneço aos alunos para serem explorados na sala de aula, colocando em interação a dimensão técnico-científica e a informativa. No contexto socio espacial procuro abordar e esclarecer os factos de modo a dar sentido geográfico a uma realidade por vezes complexa. Assim, os parâmetros de análise do conhecimento ajudam a organizar saberes e capacidades, a interpretar a realidade e a agir de modo responsável. A cada instante procuro incutir nos alunos as suas «responsabilidades da cidadania perante a comunicação mediática». Esta educação para os *media*, também pode ser encarada numa dimensão política na medida em que encaminha os jovens para a tomada de consciência dos seus deveres e, ao mesmo tempo, promove-os como cidadãos ativos. A educação geográfica nos tempos correntes deve ter em conta a interferência da comunicação social no processo ensino- aprendizagem.

Temos de ter presente que os *media* não são neutros na divulgação dos seus artigos noticiosos: eles são orientados por uma ordem de valor, quer da agência divulgadora, quer do próprio jornalista. Uma vez que as notícias podem ser utilizadas em diversas áreas disciplinares, compete aos professores fazer a sua seleção e ajudar os alunos a filtrar a informação veiculada ou a reinterpretá-la de acordo com a perspetiva disciplinar pretendida.

Partindo do princípio que nem todos somos produtores mas todos somos consumidores, impõe-se uma *Educação do Consumidor*, ou seja capacitar o cidadão de ferramentas operativas conducentes a comportamentos responsáveis e solidários. A complexidade da sociedade de consumo em que vivemos exige que o cidadão tome opções criteriosas e assuma atitudes responsáveis face a uma imensa gama de produtos disponibilizados para saciar as suas necessidades. Para tal, o consumidor tem de estar dotado de ferramentas para descodificar a informação veiculada nas embalagens, de modo a ser criterioso nas opções a tomar, e tem de ter de capacidades que permitam a sua intervenção no sistema socioeconómico. A escola, em complemento com a família, é o espaço ideal e determinante para formar os indivíduos mais críticos, exigentes e responsáveis de modo a torná-los cidadãos pró-ativos. Este assunto é abordado no 8º ano de escolaridade, aquando da leção do tema "Atividades económicas".

A *Educação para o Desenvolvimento* tem como objetivo sensibilizar o indivíduo para a necessidade de solucionar as grandes desigualdades observáveis em seu redor, ou a nível nacional e mundial, e para os problemas criados pelos diferentes níveis de desenvolvimento das sociedades, salientando as suas causas. A apropriação do conhecimento destas problemáticas é promovida no 9º ano de escolaridade, aquando da leção do tema "Contrastes de Desenvolvimento", mas só conhecer a realidade não é suficiente «é preciso sabedoria para organizar esse conhecimento, para ir mais

além», como referiu o Dr. Marinho Pinto. Aqui entra aquilo que a Doutora Brederode Santos designou de «cidadania interior», que tornará visíveis as competências processuais do indivíduo: a empatia, o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a tomada de decisões.

Apesar da especificidade de cada área da «educação para», os seus assuntos são transversais, passíveis de serem tratados por qualquer área disciplinar, tenha o docente formação adequada e disposição para aflorar os problemas e as dúvidas que, a qualquer momento, surjam na sala de aula.

### **3. Conclusão**

Viver em comunidade pressupõe ser educado, respeitar o outro de modo a que o bem comum se instale na sociedade, pelo que o cidadão deve ser portador de valores cívicos, ecológicos e sociais. Estes requerem uma prática educativa interdisciplinar e transdisciplinar de modo a orientar relações equilibradas entre o Homem e a Biosfera, complementando a educação obtida na família, que é o pilar essencial para que os indivíduos adquiram uma consciência cívica que lhes permita viver em harmonia com o seu semelhante.

A intervenção no espaço público pressupõe liberdade de atuação e, ao mesmo tempo, responsabilidade, ou seja, a «capacidade de responder pelo que se faz assumindo as consequências» nas palavras do Dr. Marinho Pinto.

O professor, nas suas tarefas diárias tem de caminhar no sentido de «ensinar a gostar de aprender», de provocar nos alunos a necessidade de «ver além dos horizontes». Como nenhuma educação é neutra, a escola contribui para a construção da cidadania dos jovens, tendo por base objetivos de natureza pedagógica e ideológica e uma determinada finalidade, neste caso, formar cidadãos ambientalmente responsáveis, conhecedores dos seus direitos e deveres.

Numa perspetiva global e nas palavras do Dr. Marinho Pinto «há cidadania se houver respeito pelo ser humano» e da Doutora Brederode Santos «não há futuro sem educação».

### **4. Referências bibliográficas**

Debesse-Arviset, M.L. (1978) – Educação geográfica na Escola, Livraria Almedina, Coimbra.

Gourévitch, Jean-Paul (1978) – *Desafio à Educação*, Moraes Editores, Lisboa.

Katuta, Ângela & outros (2009) – *Geografia e mídia impressa*, Londrina.

<http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>

<http://www.literaciamediatca.pt/7diascomosmedia/apresentacao>

[http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/brochura\\_mais\\_cidadao\\_2013\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/brochura_mais_cidadao_2013_pt.pdf)

Capa – foto do autor

Canas de Senhorim, 12 de junho de 2014

*Augusto Pinto*